

Memórias do olhar: as favelas do Rio de Janeiro na lembrança dos repórteres fotográficos

Memories of the gaze: the slums of Rio de Janeiro in the memory of the photographic reporters

Mauro Amoroso*

RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar uma análise de depoimentos de repórteres fotográficos responsáveis por coberturas de matérias relativas a favelas ao longo das décadas de 60 e 70. O interesse dessa reflexão reside na interpretação das representações acerca das favelas nesse período, tal qual construídas por atores responsáveis pela elaboração de discursos referentes a esses espaços perante a sociedade, no caso em questão, o discurso fotojornalístico. Também serão abordados aspectos referentes ao papel da mídia nesse processo de construção, a partir do repórter fotográfico, e veiculação de discursos, bem como as relações hierárquicas e sua influência na dinâmica do processo.

PALAVRAS-CHAVE: memória, fotojornalismo, favela, Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*.

ABSTRACT

These paper objective work to carry through an analysis of testimonies of responsible photographic reporters for coverings of relative substances the slum quarters throughout the decades of 60 and 70. The interest of this reflection inhabits in the interpretation of the representations concerning the slum quarters in this period, such which constructed by responsible actors for the elaboration of referring speeches to these spaces before the society, in the case, the photojournalistic speech. Also they will be boarded referring aspects to the paper of the media in this process of construction, from the photographic reporter, and propagation of speeches, as well as the hierarchic relations and its influence in the dynamics of the process.

KEYWORDS: memory, photojournalism, slum quarters, Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*.

O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise de depoimentos cedidos por repórteres fotográficos, responsáveis por coberturas de matérias sobre favelas ao longo das décadas de 60 e 70. A relevância desta reflexão reside na necessidade de interpretação de representações sobre esses espaços na memória de atores responsáveis pela elaboração de discursos referentes a esses espaços perante a sociedade, no caso aqui tratado, o discurso fotojornalístico. Também serão abordados aspectos referentes ao papel da mídia nesse processo de construção e veiculação de discursos, bem como as relações hierárquicas e sua influência na dinâmica desse processo.

* Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Bolsista PCI pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) / Brasil.

Para este trabalho foram analisados depoimentos dos seguintes repórteres fotográficos: Adalberto Diniz, Osmar Amicucci Gallo, Alberto Jacob e Luiz Pinto. À exceção de Jacob, esses profissionais envolveram-se com o *Correio da Manhã* ao longo das décadas de 70. A escolha de Jacob justifica-se, além da excelência de seu trabalho, pelo fato deste ter residido na extinta Favela da Catacumba. Essas entrevistas foram por mim realizadas para a realização de minha dissertação (AMOROSO, 2006). Também foram utilizados depoimentos de Erno Schneider, editor de fotografia do *Correio da Manhã*, Rodolfo Machado, Alcyr Mesquita e Flávio Damm, realizados sob o âmbito do projeto “Memória do Fotorjornalismo Brasileiro”.¹ Machado e Mesquita trabalharam no *Correio da Manhã*, enquanto a escolha de Flávio Damm deu-se para o estabelecimento de critérios comparativos de diferentes esferas de atuação, uma vez que este atuou na área das Revistas Ilustradas, dentro do “campo jornalístico” (BOURDIEU, 1997). Também deve ser destacada a utilização de alguns depoimentos de redatores-chefe do *Correio da Manhã*, editados e presentes no livro *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã* (ANDRADE e SILVEIRA, 1991).

Fotografia de imprensa, repórteres fotográficos e o campo jornalístico

A utilização da fotografia pela imprensa brasileira remete ao século XIX, sendo que, durante a primeira década do século XX, começam a surgir as revistas ilustradas. Foi a partir da década de 40 que a revista *O Cruzeiro* promoveu uma revolução dos conceitos visuais desse ramo editorial, influenciando as diversas publicações então existentes.

Com relações aos jornais, apesar da utilização da fotografia já ser uma prática presente, sua maior e mais qualitativa implementação ocorreu, sobretudo, após a reforma gráfica e editorial do *Jornal do Brasil* e sua influência sobre outros periódicos. Seu período de realização é situado entre meados da década de 50 e princípio da década de 60 (FERREIRA, 1996).

Bourdieu aplica à área da prática profissional do jornalismo o conceito de campo. Ou seja, uma área estruturada por relações de força entre seus agentes,

¹ Coordenado por Ana Maria Mauad (LABHOI/UFF).

sejam periódicos, sejam indivíduos. Assim, há uma deontologia própria à ética profissional do jornalista, aplicada pelos próprios, a fim de classificar seus pares perante o campo. O campo jornalístico, sobretudo após o advento da televisão, sofre uma influência ampla da lógica do mercado, que exerce pressão estrutural sobre outros campos através dele. A concorrência decorrente dessa lógica leva a uma uniformização das notícias construídas e veiculadas, em nome da constante busca pela novidade, ou seja, pelo chamado furo jornalístico. A consequência desse fator é, muitas vezes, a homogeneização de maneiras de se noticiar um acontecimento (BOURDIEU, 1997).

No entanto, o ato de notificação, construção da notícia, ocorre de forma processual através das ferramentas e formas utilizadas na prática cotidiana de elaboração do conteúdo jornalístico. Desse modo, tendo em vista a tendência à homogeneização de conteúdos e produtos midiáticos apontados por Bourdieu, não é de estranhar a normatização dos formatos, a partir do seu êxito mercadológico, surgidos com a reforma do *Jornal do Brasil*. Essa normatização ocorre em paralelo com a caracterização de Bourdieu do campo jornalístico, devido à prática dos profissionais concorrentes em “exercer uma vigilância permanente (que pode chegar à espionagem mútua) sobre as atividades dos concorrentes, a fim de tirar proveito de seus fracassos, evitando seus erros, e de contrapor-se a seus sucessos, tentando tomar emprestados os supostos instrumentos de seus êxitos” (Ibidem: 107-108). Ou seja, as consequências positivas em termos de mercado para o JB fizeram com que seus concorrentes adotassem suas inovações. Assim, O *Correio da Manhã* contratou Jânio de Freitas, um dos responsáveis pela reforma do JB, a fim de se recuperar sua posição de prestígio no campo, perdida para o *Jornal do Brasil*.²

Conforme visto, o campo jornalístico é constituído por diversos agentes em posições diferenciadas e hierarquizadas, concernentes a maior ou menor autonomia com relação a fatores externos, principalmente à lógica do mercado. Esses agentes podem ser os periódicos ou os próprios profissionais do ramo. Com relação ao segundo caso, há uma lógica cultural específica, uma deontologia, que os próprios jornalistas impõem a si próprios, como forma de (auto)reconhecimento perante o exercício profissional e como forma de ocupar certa posição hierárquica dentro do campo (Ibidem).

² Cf., depoimento de Jânio de Freitas (ANDRADE e SILVEIRA, 1991: 112).

Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que, ao final da década de 50 e princípio da década de 60, o repórter fotográfico ocupava uma posição consideravelmente inferior, em termos de hierarquia, dentro do campo jornalístico:

Ana Mauad - Mas, e, tinha editor de fotografia ou os fotógrafos trabalhavam na edição. Como é que é [...]

Rodolpho Machado – [...] Não. Era o departamento. O repórter descia com uma guia para o fotografo, que era uma coisa que eu sempre, eu sempre briguei muito né, a minha vida toda, esse negocio de, de “Vai lá, apanha o fotografo e sai”. O fotografo não sabe o que vai fazer [...]³

Em seu primeiro momento de utilização nos jornais, a fotografia era um mero apêndice das reportagens, sendo apenas um complemento de seu conteúdo. O repórter fotográfico também era assim considerado com relação ao repórter, conforme pode ser visto através de uma série de práticas, que vão desde o hábito de chamar esse profissional de “meu fotógrafo”, até o fato dele sempre ter que ocupar o banco traseiro dos carros na cobertura de eventos. Esse caso é perfeitamente ilustrado na seguinte passagem do depoimento de Erno Schneider:

Ana Mauad – Tinha hierarquia?

Erno Schneider – Tinha. Tinha. Ah, “esse aqui é o meu fotógrafo”[...] Repórter [...] “Faz uma chapa aqui”. “Faz aqui”. Ah, naquele tempo tinha essa mania. (...). Faz aqui isso pra mim... Não... Mas o fotógrafo tinha que fazer o que o repórter mandava fazer. Que isso!⁴

A situação profissional do repórter fotográfico e sua posição dentro do campo jornalístico começa a melhorar a partir da década de 60, a reboque da atuação da figura dos editores de fotografia. Dentro dessa categoria pode ser citado Erno Schneider, responsável pela parte gráfica do *Correio da Manhã*, um referencial de excelência durante a maior parte da década e que depois foi para *O Globo*.

A equipe de repórteres fotográficos passou a possuir ampla liberdade de criação, conforme exemplifica a existência das chamadas páginas gráficas, caracterizadas pela atenção especial ao componente visual da reportagem. Essa liberdade de atuação foi um dos diferenciais do *Correio da Manhã* com relação a outros periódicos e uma marca da atuação profissional de Schneider, que era visto como um editor que lutava pela valorização do profissional da fotografia de imprensa:

³ Entrevista com Rodolpho Machado, 3 de julho de 2003. LABHOI/UFF.

⁴ Entrevista com Erno Schneider, *op. cit.*

Segundo Caderno era covardia, dava... Geralmente era uma página gráfica, né? E quando... Via que não tinha nada assim, pegava os fotógrafos: “Você tem alguma idéia?” Então, faz assim, você sai daí (pausa) [...] No fim do dia você, vê se traz alguma coisa boa. Aí trazia [...] Geralmente trazíamos, né? O Luiz Pinto, Marinho, Rodolfo, os caras que tinham [...]

Ana Mauad – (interrompendo) E sair, saía em qual?

Erno Schneider – E tinham liberdade. Tinha liberdade de [...] Vez em quando a gente tro [...] Tinha uma idéia. Dizia: “Oh, vê se isso aí dá uma boa matéria. Gráfica”. Tinha liberdade no jornal, mesmo.

[...]

AM – E todos os, os fotógrafos que trabalhavam na rua entravam no laboratório pra [...]

ES – Todos. Todos tinham que dar opinião e tal [...] Escolher. Me ajuda a escolher. Todos eles davam opinião.⁵

Como pode ser visto, a atuação de Erno Schneider a frente da equipe fotográfica do *Correio da Manhã* foi vital para o início da maior valorização desse tipo de profissional de mídia. Essa nova forma de se considerar o fotógrafo de imprensa, porém, não surge sem conflitos envolvendo outros profissionais dentro do jornal:

Tinha um [...] Chefe de reportagem lá, que tinha lá... Era um gaúcho, até. Não me lembro o nome dele. “O, Erno, tu tá usando meus fotógrafos pra fa [...]”. “Como é que é? Teus fotógrafos, o quê? Como é que é? Você já tem fotógrafo. Eu não sabia não”. “Fotógrafo quem tem é o Roberto Marinho. Agora, quem, por enquanto, tá mandando neles lá, por enquanto sou eu”. Aí, ele foi reclamar pro Rogério, o Rogério deu um esporro. Foi demitido. Primeira vez eu senti [...] senti culpa, depois. Ele foi demitido por minha causa.⁶

A maior valorização do repórter fotográfico dentro do campo jornalístico também deve ser relacionada à utilização estratégica da fotografia como instrumento de crítica política ao longo das décadas de 60 e 70. Esses fotojornalistas exerceram sua atividade profissional em um momento de extrema delicadeza da política nacional, que reverberou, como não poderia deixar de ser, nas políticas habitacionais que atingiam as favelas: a ditadura militar. Durante esse período, esses atores possuíam uma imagem própria de sua profissão e de sua função estratégica de crítica na vida política do país. Um belo exemplo é a seguinte passagem narrada por Luiz Pinto sobre a missa do estudante Edson Luiz, cuja cobertura foi realizada em conjunto com Osmar Gallo:

[...] a missa estava um pé-de-guerra na rua. Na esquina da Presidente Vargas com a Rio Branco. E o pessoal jogava cadeira, mesa, saco de

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

água, jogava tudo isso em cima da polícia. [...] tinham três policiais atirando nos companheiros, agentes do DOPS. Quando nós fomos fotografar. [...]. Os caras apontaram a arma para nós, o Galo levantou o braço e disse assim: “Eu tenho dois filhos!”. Aí, eu disse para eles: “Mata ele primeiro porque eu tenho três!” (risos). Os caras acabaram achando graça!.

Ao analisarmos os sentidos intrínsecos à memória do período desses sujeitos, não contribuiremos apenas para o estudo do papel da mídia durante a ditadura militar. Também será realizado um importante enriquecimento para a abordagem histórica da questão das favelas, uma vez que esses atores a vivenciaram ativamente produzindo significações, influenciando tomadas de posição e constituindo-se em um dos vetores na construção da favela e de seu habitante como categoria social. Quando se fala em estudo de memórias acerca de favelas, tende-se a privilegiar dois agentes: representantes/envolvidos com o poder público e moradores/ex-moradores desses locais. Essa bi-polarização pode levar a uma indesejável simplificação analítica. Portanto, o debate sobre os discursos acerca das favelas deve sempre almejar a problematização da multiplicidade de seus produtores, bem como o papel por eles desempenhados.

Assim, conforme visto, a caracterização do repórter fotográfico dentro do campo jornalístico começa a se alterar progressivamente durante a década de 60, a partir de uma posição amplamente desfavorável e bem abaixo na hierarquia do campo, no que concerne aos jornais, característica da década de 50. Tal valorização teve como referencial a equipe do *Correio da Manhã*, sendo que outros periódicos possuíam reconhecida excelência no aspecto visual das reportagens, como o *Última Hora* e o *Jornal do Brasil*, este marcado pelo pioneirismo de sua reforma gráfica e editorial. Um importante fator do período é a utilização da fotografia como instrumento de crítica ao regime militar. Apesar de um novo patamar de valorização profissional ser atingido ao longo da década de 70, novas problemáticas surgiram ao longo dos anos, sendo que, atualmente, pode se destacar a problemática da imagem digital e suas conseqüências para a fotografia de imprensa.

Memórias sobre o mercado editorial e o *Correio da Manhã*

O *Correio da Manhã* surgiu com intento de ser um jornal de opinião, apartidário e com o compromisso de defesa das questões do povo. Em editorial de 15 de setembro de 1901, o jornal afirma: “O *Correio da Manhã* é um jornal do

povo, nele vibram e falam alto a indignação e o desgosto que angustiam o coração de todo o brasileiro.” (ANDRADE e SILVEIRA, 1991: 69). Em editorial de 13 de julho de 1930, também é frisado “O *Correio da Manhã* não tem nem terá jamais ligações algumas com partidos políticos. É uma folha livre, que se vai consagrar com todo o ardor e independência à causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, à defesa dos direitos do povo, do seu bem-estar e da sua liberdade.” (Ibidem: 123).

Desse modo, nota-se que o *Correio da Manhã* sempre empreendeu esforço para construir sua imagem como “jornal do povo”, e isso resultou na construção de uma memória sustentada tanto pela forma de seus editoriais quanto pelos atos de seus editores e proprietários, desde os Bittencout até Niomar. Assim, é importante a utilização da interpretação de projeto, realizada por Gilberto Velho, articulado com a idéia de memória, na constituição de uma identidade, no caso do *Correio da Manhã*, uma identidade de jornal de opinião e defesa das causas populares.

Segundo esse autor, as sociedades modernas são caracterizadas pela valorização do indivíduo, o que leva a uma fragmentação e multiplicidade de sujeitos, em oposição às sociedades ditas tradicionais, de tendências mais holistas. Porém, essa valorização da esfera individual não acarreta o fim do holismo ou de instituições englobadoras, mas um reordenamento das relações entre os indivíduos da sociedade e essas, levando ao surgimento de novas formas de sociabilidade diferentes posturas perante estas, marcadas por uma convivência, mais ou menos tensa, de valores. Diante desse quadro, há uma valorização da trajetória biográfica individual e das singularidades de sua trajetória como elemento constituidor perante a sociedade. Assim, Velho associa a noção de projeto de Alfred Schütz, enquanto “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, principalmente, mas sem excluir as entidades holísticas ou englobadoras, à idéia de indivíduo.

Desse modo, há uma importante relação entre projeto e memória, pois esta dá consistência à biografia do indivíduo, possibilitando a formulação de projetos, uma vez que estes são estabelecidos a partir das possibilidades do presente, que, por sua vez, é justificado, interpretado e contextualizado a partir da memória, que coordena e significa a trajetória do sujeito elaborador do projeto. Enquanto a primeira pode ser avaliada como uma visão retrospectiva

da trajetória biográfica, o segundo pode ser interpretado como uma “antecipação” dessa trajetória pela organização dos meios para obtenção dos fins estabelecidos pelo projeto. Ou seja, há uma articulação entre ambos (memória e projeto) na construção de identidades (VELHO, 1988: 119-126).

Contudo, Velho centra sua análise na esfera do indivíduo sem, porém, excluir as instituições ou organizações de grupo. Porém, o caso do *Correio da Manhã* privilegia a opção não aprofundada por Velho, pois temos um jornal com um projeto definido, o de se constituir em defensor das causas do povo e da legalidade institucional, e que opera a construção dessa identidade através da articulação desse projeto com uma ampla memória de atuação desse periódico. Entendamos a memória como sendo formada em um processo de reconstrução seletiva do passado, por indivíduos familiar, nacional e socialmente inseridos, possuindo importância na garantia de continuidade perante rupturas, sendo um elemento de identidade e percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1996). Apesar dos pontos mutáveis, passíveis de flutuação, que formam a memória, é necessário atentar para a sua posse de pontos imutáveis ou relativamente invariantes, determinantes para definição de identidades perante a si e os outros:

[...] em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala (POLLAK, 1992: 2).

Ou seja, esses pontos imutáveis ou relativamente invariantes não devem ser entendidos como objetos isolados, a-históricos, mas como frutos de um esforço de construção de elementos constituidores de identidades específicas. A partir desse entendimento deve ser levada em consideração a articulação entre as noções de memória e projeto como constituidora de identidades. Um belo exemplo dessa articulação é a narrativa do desafio feito por Pinheiro Machado, e aceito por Edmundo Bittencourt, para a realização de um duelo de pistolas, bem como a transmissão desse fato enquanto um elemento de demonstração do *Correio da Manhã* enquanto jornal de opinião e crítica, apesar de quem quer que seja seu alvo.⁷ A importância dessa identidade transmitida através da memória pelo *Correio da Manhã* serve como base para a justificação da

⁷ O resultado do duelo foi o ferimento não-letal de Edmundo Bittencourt, jornalista sem nenhuma familiaridade com armas de fogo (ANDRADE e SILVEIRA, 1991: 73-75).

oposição levada à cabo pelo *Correio* ao regime militar, mesmo com as sérias adversidades enfrentadas, conforme frase várias vezes proferidas por Niomar: “O *Correio da Manhã* não é uma herança material, mas uma herança moral” (ANDRADE e SILVEIRA, 1991: 73-75).

Esse caráter combativo convencionou-se chamar de “ortografia da casa”, em que nota-se a importância dos editoriais e da função do redator-chefe, conforme depoimento de Luis Alberto Bahia, repórter do *Correio da Manhã* desde a década de 40 e redator-chefe de 1959 a 1962: “O redator-chefe tinha também o comando dos editoriais que influíamos no jornal que era feito sob inspiração dos editoriais. Não era o inverso. O *Correio* era um jornal de opinião neste sentido. Ou seja, ele fazia tudo em função disso” (ANDRADE e SILVEIRA, 1991: 102). Essa concepção era compartilhada pelos que fizeram parte desse periódico matutino, contribuindo para a construção de uma imagem diante desses profissionais e dos outros.

Porém, há uma série de questões interessantes surgidas a partir da análise de Gilberto Velho. Da mesma maneira que se pode falar em memórias múltiplas em disputa, o mesmo não se poderia falar de projetos? Apesar de Velho não centrar sua análise nessa linha, essa é uma interpretação que fica latente nessa afirmativa: “A complexidade e a heterogeneidade da sociedade moderna/com-temporânea tem como uma de suas características principais, justamente, a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e estilos de vida” (Cf., VELHO, 1988: 119).

Essa existência de projetos em disputa, devido à sua relação de articulação com a memória para a formação de identidades, adiciona um elemento à tensão entre memórias em conflitos. O *Correio da Manhã* sofreu uma série de represálias do governo militar, seja através da retirada de verbas de anúncios e patrocínios oficiais, seja através do recolhimento de edições e censura. Essas formas de represálias acabaram por provocar o fim do jornal pela gradativa inviabilidade econômica, e essa situação está presente na memória dos depoentes aqui estudado, a exemplo de Adalberto Diniz:

Olha, eu cheguei no *Correio* [1968], o *Correio* vinha de uma fase muito difícil, porque fazia pressão... e publicava o que a ditadura na época não queria, então ele já estava sendo sufocado economicamente, tanto que eu trabalhei oitenta e tantos dias para receber o primeiro pagamento [...].⁸

⁸ Entrevista com Adalberto Diniz, em 12 de julho de 2005. LABHOI/UFF.

Porém, quando se chega a uma análise em que houve uma situação de divergências de projetos, deve-se questionar até onde esse fator influencia na construção da memória. Desse modo, é necessário o entendimento prévio da noção de *memória enquanto fenômeno construído*, partindo de um nível individual, utilizando-se de processos conscientes ou inconscientes, conforme abordado por Pollak. Segundo este autor, tendo em vista a concepção da memória como construção, é necessária a caracterização tanto da memória quanto da identidade como fenômenos negociáveis de caráter especialmente conflitivo. No estudo desses dois fenômenos, é possível notar a existência de valores em disputa, tanto entre grupos distintos, como núcleos de famílias, núcleos religiosos, partidos e organizações de cunho político e organizações identitárias, cuja finalidade é, principalmente, a preservação de uma memória específica, como associações de deportados ou vítimas de tortura em regimes políticos, quanto entre frações ou substratos de uma organização ou células de convivência e sociabilidade (POLLAK, 1989).

Assim, temos o caso de Jânio de Freitas, jornalista com participação ativa na reforma do *Jornal do Brasil*, e que esteve à frente e implementou uma série de inovações no *Correio da Manhã*, entre maio e novembro de 1963. No entanto, com a morte de Paulo Bittencourt e com Niomar assumindo o jornal, ela demitiu Jânio de Freitas e reverteu suas modificações e inovações à frente do *Correio da Manhã*. Jânio afirma que enfrentou, para a realização de suas reformas, muita sabotagem, muita patifaria, muita molecagem”, devido às resistências as mudanças de uma estrutura de redação já estabelecida. Eis sua versão sobre o fim do *Correio da Manhã*:

Não participo, não sou adepto da teoria segundo a qual foi o regime militar que fechou o *Correio da Manhã*. Do meu ponto de vista, não foi, não. Foi a má administração mesmo. [...]. A venda do jornal tinha caído muito depois da contra-reforma que a Niomar mandou fazer. Ela dizia que não queria nenhum vestígio meu lá; hoje me dou muito bem com ela, enfim, nunca brigamos. Mas quando a Niomar e sua equipe se arrependeram do apoio ao golpe, faltou imaginação, o jornal e a própria empresa tinham que se adaptar para a nova situação. (ANDRADE e SILVEIRA, 1991: 118).

Mesmo sem negar o peso do boicote militar ao *Correio da Manhã*, Jânio de Freitas coloca como causa principal para o fim do jornal a má administração realizada por Niomar Bittencourt. Porém, tal fato é discutível sobretudo pela importância, abordada no início do trabalho, dos anúncios, oficiais e privados,

nas receitas dos jornais perante as baixas tiragens de venda, incapazes de sustentar por si próprias os custos dos periódicos (SMITH, 2000). Desse modo, é interessante analisar o depoimento de Freitas dentro do quadro das representações e memórias em disputa anteriormente descrito.

Outro exemplo diante dessa linha é a fala de Adalberto Diniz com relação às inovações gráficas realizadas no *Correio da Manhã*, por Reinaldo Jardim, quando Niomar não estava mais no comando do jornal. Esse período é geralmente caracterizado como de declínio e perda de prestígio do periódico, que passou a ser gerido por mãos coniventes com os desmandos do regime militar. Para exemplificar esse fato temos o próprio livro de Andrade e Silveira, que trata o ano de 1969, ano em que a propriedade do periódico mudou de mãos, como a morte do jornal. Nessa atitude carregada de simbolismo, os autores nem chegam a mencionar qualquer vestígio do período que se segue até o fechamento definitivo do *Correio da Manhã*. Entretanto, segundo Adalberto Diniz:

O *Correio da Manhã*, o Reinaldo Jardim teve liberdade para alterar o projeto gráfico, então ele fez um jornal muito criativo, um jornal muito diferente, aquilo ali, não trouxe resultado financeiro, mas se você pesquisar hoje, você vai ver que o jornal daquela época, 1971, 1972, um jornal completamente diferente, muito criativo.

Porém, partindo desse princípio de análise, é importante privilegiar a reflexão de como se deu a construção da imagem do *Correio da Manhã* como jornal de opinião e “defensor das causas populares”. É preciso compreender essa característica como investimento simbólico e esforço de construção empreendido ao longo da existência do jornal e que, porém, possui imagens e construções contrárias, como o livro de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, que critica através da sátira Edmundo Bittencourt e sua equipe de redatores (ANDRADE e SILVEIRA, 1991).⁹

A memória profissional dos repórteres fotográficos entrevistados, que iniciaram sua atuação profissional por volta do final da década de 50 e início da década de 60, é marcada por um acontecimento: o golpe de 64. O regime militar, segundo observado nos depoimentos, teve um papel de alta relevância tanto para a formação do estilo desses profissionais quanto para a imagem que eles tinham de si próprio. Segundo Adalberto Diniz: “E eu peguei uma época...

⁹ É interessante ver que o livro de Andrade e Silveira muitas vezes também tende a tecer um quadro por vezes elegíaco e pouco crítico sobre o jornal em questão.

porque era época da ditadura, então nós tínhamos um inimigo comum. Todo mundo era muito amigo, muito solidário, por quê? Era... era... tinha uma divisão muito clara, entendeu? E de... de... desejo de voltar à normalidade”. A importância dos acontecimentos para a constituição da memória é devidamente apontada por Pollak, sejam eles vividos pessoalmente ou “por tabela”, ou seja, fora do tempo e, muitas vezes, do espaço de vida do depoente, ou vivido pela coletividade a qual o indivíduo pertence e não por ele. Esse compartilhamento de acontecimentos não vividos por um indivíduo, mas sobre o qual ele constrói e transmite na externalização de sua memória, pode levar a uma concepção próxima a algo denominado por Pollak de “memória herdada” (POLLAK, 1992). Opinião semelhante à apresentada por Adalberto Diniz é emitida por Osmar Gallo:

[...] em 64 que foi o grande pulo, para mim e para os outros fotógrafos mais [...]”. E, ainda segundo o Gallo, o repórter fotográfico tinha em suas mãos uma importante arma de crítica desse período tão turbulento da história de nosso país, onde os meios de crítica foram violentamente limitados: “[...] e tinha uma escola, o Castelo Branco ia visitar a escola meio... inaugurar a escola. [...]. Quando eu passei numa sala, por onde ele tinha que entrar, tinha o quadro negro, estava escrito assim, “animais úteis” [...] letras garrafais, bem vistas. E eu fiquei dentro da sala. O repórter, desesperado [...] “anda, vai chegar o presidente!”, e eu “Daqui eu não saio!”. Ele não entendeu nada, porque eu não queria falar porque eu não saía dali. Até que ele entrou na sala... e quando ele passou pelo quadro eu , eu pá-pá-pá [barulho da máquina fotográfica]. No dia seguinte, quando ele abriu aquela foto dele, “animais úteis” (risos).¹⁰

Durante a ditadura militar, a fotografia foi uma das mais importantes formas de crítica política, sobretudo no *Correio da Manhã*, que tinha uma equipe de alta qualidade técnica, que possuía respaldo nunca visto em outro momento da história do fotojornalismo brasileiro, embora durante esse período possa ser destacada a importância da fotografia em outros jornais, como consequência da reforma do *Jornal do Brasil*, empreendida em fins de 50 até meados de 60, que influenciou o mercado editorial de notícias no Brasil (OLIVEIRA, 2002). Com relação à importância da fotografia dada pelo *Correio da Manhã* nessa época:

O *Correio da Manhã* na época da ditadura, você chegava com uma fotografia, eles mudavam a paginação, para aproveitar a sua foto, eles publicavam, assim oito colunas, toda a sessão da página, meia-página, entende? É diferente, você se sente prestigiado, você se sente útil e muito mais responsável.¹¹

¹⁰ Entrevista com Osmar Amicucci Gallo, em 11 de agosto de 2005. LABHOI/UFF

¹¹ Entrevista com Adalberto Diniz, 12 de julho de 2005. LABHOI/UFF

Por fim, há a frase sacramental de Amicucci Gallo: “Nós éramos os queridinhos da Niomar!”.

Tendo em vista a percepção do jornalismo, incluindo a vertente da fotorreportagem, como discurso construído, é importante atentar para a diferença desses discursos, sobretudo devido ao mercado editorial do Rio de Janeiro, bem mais diversificado que o atual, na década de 60. Segundo Adalberto Diniz: “quando eu fui trabalhar no *Globo* me disseram assim, “o nosso forte aqui é futebol e polícia. Qualquer outra coisa fora disso você vai estar delirando, pode até fazer, faz, mas o forte é esse”. Já o *Correio da Manhã* não tinha polícia, polícia era raríssimo, mas era um jornal muito politizado, e a sessão de economia também tinha um peso extraordinário, polícia não tinha tanto peso”. Ainda sobre as diferenças sobre os jornais, Luiz Pinto afirma: “Na *Última Hora* foi a grande escola. Aí eu passei a fazer polícia. Coisa que eu fazia muito pouco. Vivia no morro. Vivi tiroteio”.

Com isso, pode-se refletir sobre a influência dos diferentes “fortes” de cada jornal na construção de diferentes imagens sobre a favela. Conforme nos mostra Luiz Pinto, a cobertura de favelas pelo *Última Hora* tendia a favorecer cenas de crimes, envolvendo tiroteios e entrevistas com bandidos conhecidos da época, como Mico Sul e Cara de Cavalo. Porém, a cobertura do *Correio da Manhã* não privilegiava esses aspectos, e sim, os políticos e sociais. Ao invés de criminosos, vítimas. Ao invés de armas, miséria. Exemplificando tal assertiva, o próprio Adalberto Diniz comenta que a única foto que ele fez de alguém armado, foi publicada no *Última Hora*. Desse modo, é importante inserir a cobertura fotográfica da favela, bem como as representações nela contidas, nas especificidades próprias intrínsecas a cada periódico. Tais especificidades revelam a elaboração da imagem fotográfica como um processo em que há a participação não apenas de seu provocador direto, o fotógrafo, mas de toda uma equipe editorial, que responde a interesses e diretrizes do periódico enquanto uma organização empresarial.

Memórias sobre as favelas nas décadas de 60 e 70

Ao longo da década de 60 e até meados da década de 70, a intervenção estatal nas favelas deu-se por meio da política de remoções (que não foi de todo

ausente de outras formas de políticas públicas para essas áreas) que, durante esse período, pode ser dividida em duas etapas. A primeira é relativa às remoções do governo de Carlos Lacerda (1960-1965), que, entre os anos de 1962 a 1965, foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais como Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus, além da destruição de cerca de 27 favelas, com aproximadamente 42.000 pessoas removidas (VALLA e GONÇALVES, 1986: 91)

A segunda etapa é relativa às remoções da ditadura militar, que durante os anos de 1968 a 1975 removeu 60 favelas e mais de 100.000 pessoas, até o abandono do programa, em 1975, por motivos de ordem financeira, principalmente (GRYNSZPAN e PANDOLFI, 2002: 245).

Essas intervenções abordadas, respeitando-se as diferenças operacionais e de contexto político de suas implementações, possuíam certas representações comuns sobre a favela: problema de ordem social, moral e estética, concepção de promoção social pela moradia, ou seja, privilegiando o aspecto físico-habitacional, havendo uma associação qualitativa da precariedade das condições de moradia ao indivíduo (PERLMAN, 2002)

Durante a década de 90, a dinâmica de atuação do tráfico de drogas foi elemento central a discussão sobre a relação entre a favela e a cidade. O direcionamento dado à discussão pela mídia nem sempre tendeu ao alcance da complexidade do objeto, contribuindo para alimentar novas formas de representações de segregação entre favela e cidade (COIMBRA, 2001). Desse modo, não há como escapar do debate sobre a violência ligada ao tráfico na construção de uma memória sobre favelas e sua cobertura jornalística. Em todos os depoimentos há a caracterização da favela por eles coberta como diferente da favela de hoje. Há, também, a menção ao assassinato do jornalista Tim Lopes, fato citado nas entrevistas de Luiz Pinto e Alberto Jacob, que com ele trabalharam no *Globo*.

Segundo Adalberto Diniz:

Agora, uma coisa eu acho interessante dizer, é que a favela não representava o perigo de hoje em espécie alguma. Eu certa vez iniciei uma caminhada pela Visconde de Niterói, e atravessei o Morro da Mangueira e fui sair lá do outro lado [...] e ainda paramos para beber água e tranqüilo, atravessamos a favela da Mangueira de um lado a outro.

A situação de tranqüilidade da presença do repórter na favela,

antigamente, é contraposta à visão de perigo da cobertura jornalística atual: “Hoje mudou, hoje o traficante pega o pessoal e manda queimar, e dá o tiro lá de cima no fotógrafo, no repórter.”¹² Como nos mostra Michael Pollak, “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. *As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.* (grifo meu)” (POLLAK, 1992: 4.) Desse modo, essa “presença do passado” não é uma presença pura e linear, uma permanência sem choques, inofensivamente harmoniosa, jamais contaminada pelas conjunturas do tempo presente. E justamente esse caráter relacional e de recepção do passado no presente, em toda a complexidade dessa dinâmica, que ressona nas preocupações científicas do historiador e seu interesse de análise dos “traumas do passado” na atualidade (ROUSSO, 1996).

Mesmo quando há menção a cobertura de crimes, em contraponto a tranqüilidade da favela citada nos depoimentos, nota-se uma relativa romantização dessa cobertura, em que o “bandido te recebia, e você entrevistava, não tinha esse negócio de te tomar seu material e dar tiro em você, não” (Ibidem), ou “mas era debaixo de bala, meu irmão, era tiro mesmo... me joguei muito para dentro de barraco. Mas muito! Mas era bom”.¹³ É preciso deixar claro que a favela, durante as décadas de 60 e 70, é realmente “diferente” da favela hoje. Há a diferença de questões conjunturais e estruturais entre os dois períodos, bem como a inserção desta nos dois quadros temporais.

Portanto, negar a diferença da favela nessas duas conjunturas históricas é negar sua historicidade como fato urbano. Porém, não há como dissociar a construção retrospectiva da favela pela memória dos entrevistados da atual conjuntura da problemática habitacional no Rio de Janeiro e a atuação do tráfico de drogas. Assim, muitas vezes, há uma relativa romantização do espaço favela, elaborada em oposição ao espaço de onde vem “o tiro lá de cima no fotógrafo, no repórter”.

Dentro desse quadro construído sobre a favela das décadas de 60 e 70, marcado pela tranqüilidade, quando no máximo por uma “criminalidade romantizada”, a imprensa possuía uma função, conforme o discurso construído pelos repórteres fotográficos entrevistados: “a imprensa era um aliado, e era

¹² Entrevista com Osmar Amicucci Gallo, 11 de agosto de 2005.

¹³ Entrevista com Luiz Pinto, 13 de agosto de 2005. LABHOI/UFF.

feito assim, quando você chegava num morro, porque uma pedra ameaçava cair, tinha uma ameaça, então você era muito bem recebido, o que não acontece hoje”.¹⁴

A questão das remoções teve um peso fundamental, conforme visto, no que se refere à atuação do poder público perante as favelas nas décadas de 60 e meados da 70. Uma das críticas feitas a essa política seria a segregação espacial por ela causada, isolando para a periferia da malha urbana carioca pessoas cujas opções de ingresso no mercado de trabalho estariam próximas ao local de onde seriam removidos (PERLMAN, 2002 e VALLADARES, 1978) Essa posição encontra-se refletida na fala de Gallo: “Se você fizer uma pesquisa, vai constatar que todos os hotéis, copeiros, faxineiros, arrumadeiras, são todos das favelas da zona sul”. E depois, sobre as matérias relativas à remoção, Gallo recoloca a visão da imprensa como aliada dos moradores de favelas: “As matérias eram matérias em defesa de morar mais perto, fazer as coisas mais perto para eles”.

Porém, acerca da visão desses atores como aliados a favor da favela, é necessário discutir a visão deles sobre os habitantes desse espaço:

[sobre a mudança dos moradores das favelas para os conjuntos habitacionais construídos pelo governo] a falta de conhecimento, de vivência social, de orientação para esse pessoal, eles foram e viram aqueles blocos, aqueles apartamentos. E você passava no corredor e sentia aquele cheiro de fritura... em resumo: aí é uma coisa marcante porque você vê o que era uma pobreza, você ver um apartamento e não foram preparados. [...] Os caras tiraram o bidê e transformavam em vasos de plantas. Os vasos sanitários, os caras tiraram e venderam, deixaram só os buracos. E o cheiro, é que muitos transformaram os apartamentos em birosca.¹⁵

Uma das características dos conjuntos habitacionais para onde os moradores de favelas foram removidos é a péssima infra-estrutura, agravada ao longo dos anos pela ausência de conservação por parte dos órgãos governamentais, sendo que, muitas vezes, os apartamentos já eram entregues com sérias deficiências nesse campo ((PERLMAN, 2002). Mas a colocação de Gallo revela a problemática adaptação dos agora “ex-favelados” como falta de preparo. Porém, fica a pergunta: até quando essa utilização do apartamento indicada no depoimento seria decorrente da má-qualidade e conservação do mesmo? A visão de Gallo demonstrada revela uma imagem do habitante da favela como sujeito sem condições de autonomia, uma vez que não sabe nem o

¹⁴ Entrevista com Adalberto Diniz, 12 de julho de 2005. LBHOI/UFF.

¹⁵ Entrevista com Osmar Amicucci Gallo, 11 de agosto de 2005. LABHOI/UFF.

uso correto de um bidê. E essa visão é contraditória, pois o mesmo Gallo atenta para o fato de que muitos desses ex-moradores de favelas transferidos para conjuntos habitacionais trabalhavam em hotéis e outros estabelecimentos de lazer e turismo, na zona sul. Ou seja, através da convivência desses sujeitos com pólos culturais, gastronômicos e turísticos, não é provável que eles não tivessem sequer a consciência da função de certos utensílios domésticos básicos, bem como a funcionalidade de certos cômodos e objetos. Desse modo, até onde essa visão, de certo cunho conservador, reflete-se nas fotografias veiculadas pela mídia? E até que ponto a veiculação dessas imagens potencialmente conservadoras, e as representações delas decorrentes, serve como apoio e justificativa, perante a sociedade civil, de tomadas e efetivação de decisões, por vezes segregacionistas, com relação a favelas?

Segundo Sandra Cavalcanti, primeira Secretária de Serviços Sociais do governo de Carlos Lacerda (1960-1965):

Eu achava, e acho ainda, que não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado. Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. Exatamente como uma pessoa que, saindo do interior, vem para a cidade grande. Chega ali e encontra uma outra realidade. Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer se incorporar ao progresso.¹⁶

Segundo a visão de Sandra Cavalcanti, remover seria um ato positivo, principalmente ao ex-morador de favela que “vai querer se incorporar ao progresso”. Com isso, conclui-se que não haveria depoimento de opinião contrária por parte de atingidos pela política das remoções. Esse é o esforço realizado de construção de memória nesse depoimento, de uma representante do poder público, com maior acesso a meios de tornar sua versão de fatos uma referência. Porém, tal opinião não se verifica ao analisarmos essa frase de um ex-morador da Favela do Esqueleto, removida no governo Lacerda: “Foi uma jogada do Lacerda, porque ele queria se eleger presidente. Minha família foi toda para a Vila Kennedy”.¹⁷ Antes uma manobra política do que um fator de melhoria, eis um valor contrário sobre a remoção.

Segundo Henry Rousso: “Se o caráter coletivo de toda a memória

¹⁶ Depoimento de Sandra Cavalcanti a Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta, 17 e 27 de dezembro de 2000 (FREIRE e OLIVEIRA, 2002: 88).

¹⁷ Depoimento de Dilmo Emídio Ferreira. Disponível em <<http://www.favelatemmemoria.com.br>>, acessado em 23/04/2006.

individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade”(ROUSSO, 1996: 95). Tal afirmação acaba por problematizar uma abordagem simplista da memória, que a trata como um corpo uniformemente compartilhado pelos diversos grupos e indivíduos que compõem a sociedade. Desse modo, seria mais correto falar em uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, mas que, devido ao caráter social de sua constituição, podem ser compartilhadas (PORTELLI, 1996). Sendo assim, nota-se a necessidade de estudo do processo e dos atores envolvidos na construção de representações sociais.

Partindo do caso francês, Rousso afirma que a historiografia que trabalha com a memória tem se preocupado majoritariamente com os chamados grandes acontecimentos, além dos vetores mais facilmente identificáveis, como cinema, literatura e associações de preservação de memória de grupos específicos. Tais objetos refeririam-se a representações mais explícitas e voluntaristas do passado, de tendência ideológica e unificadora. Também, dentro dessa perspectiva, é dada a devida importância do estudo da memória para a análise da cultura política e dos grupos, sendo que Rousso ainda aponta uma crítica: o perigo de tomar a parte pelo todo. Pollak fala na existência de memórias subterrâneas em contraposição a uma memória oficial, nacional. Essas memórias são caracterizadas por “operarem no silêncio”, onde fazem seu “trabalho de subversão”, aflorando em “momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”.

Os momentos de ruptura em que há a erupção dessas memórias são marcados por intensa instabilidade, com reivindicações múltiplas e geralmente imprevisíveis, com relativa impossibilidade de controle dos rumos por elas tomados. Em momentos como esses fica ainda mais latente que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.”. Desse modo, há a interpretação do “silêncio” não como aceitação passiva, mas meio de resistência política à imposição de

representações forçadas de “cima a baixo”, através da transmissão por meio de redes de sociabilidade e comunicação alternativas (POLLAK, 1992: 2-3).

Atualmente, nota-se um movimento de valorização de memórias de moradores e ex-moradores de favelas, ligado, em sua maior parte, a Organizações Não-Governamentais. Esse movimento, muitas vezes, tende a privilegiar a bi-polarização entre as memórias em questão e a dita “versão oficial”, ligada a representantes do poder público. E, muitas vezes, os depoimentos colhidos são utilizados sem análises rigorosas e contraposições com outras fontes e depoimentos. Segundo frisado por Verena Alberti, deve-se evitar polarizações excessivas no estudo das memórias, uma vez que essas nem sempre são claras e precisas, conforme observado pelo próprio Pollak, e isso torna possíveis resultados de estudos simplistas, já que, conforme abordado, a sociedade é marcada pela existência de várias memórias em disputa, e não disputas polarizadas. As polarizações, sobretudo as binárias, também tendem a prejudicar a objetividade do estudo, podendo conferir ao historiador o caráter de mero “missionário” (ALBERTI, 2004: 33-43).

A memória não deve ser oposta à História, mas desta tornar-se objeto de análise científica e ser tratada com o mesmo rigor com o qual outras fontes são tratadas, sendo que a relação entre memória e História ainda pode constituir-se em um importante ponto de autocrítica desta, pois coloca de forma bem evidente a problemática da produção da história intelectual como mais uma construção acerca das representações sociais, possuidora, muitas vezes, de um peso inferior, perante a sociedade, às representações contidas em memórias de variadas procedências (ROUSSO, 1996).

Portanto, a importância da história oral deve-se, entre outros fatores, à sua participação no entendimento do processo e o envolvimento dos atores no caminho em que são constituídas as representações e como estas se arraigam no seio da sociedade, chegando constituir-se como *fatos*, e para isto, eles, no sentido convencional do termo, devem ser sempre analisados de forma relacional com as representações sociais (ALBERTI, 2004). A utilização da memória nos estudos históricos sobre a favela também esbarram na problemática da existência de uma multiplicidade de memórias em conflito, embora haja a tendência de privilegiar, relativamente, a visão daqueles que foram representantes do poder público, por um lado, e dos moradores, líderes

associativos e outros envolvidos, por outro lado. Tendo em vista a importância da mídia na produção de subjetividades sobre esses espaços, explorada no início do trabalho, a incorporação da memória desses atores é um importante elemento de enriquecimento na abordagem histórica da favela. Atualmente, há um esforço cada vez mais sólido de recolhimento de depoimentos de moradores de favelas.¹⁸ Porém, faz-se necessário o envolvimento de profissionais capazes de aplicar o rigor necessário à obtenção de resultados profícuos a partir desse material coletado, a fim de que não seja feita uma mera “edição” de fragmentos dessas memórias recolhidas e evitar que se caia na tentação da prática “missionária”.

Seja através de uma perspectiva conservadora, seja através de uma mais aberta, como visto, uma das formas pela qual os fotojornalistas caracterizaram sua atuação foi como instrumento de denúncia. Porém, mesmo perante os esforços de tentativas de denúncias tendo a imprensa como canal aliado, esbarram no fato da produção jornalística passar pelo conselho editorial do periódico. Alberto Jacob, repórter do *Jornal do Brasil* nascido, criado e residente da favela da Catacumba, muitas vezes era procurado pelos moradores desta para denúncias de situações adversas. Por mais que algumas vezes houvesse aberturas para uma atuação nesse sentido, a palavra final sempre ficava a cargo dos editores responsáveis:

Agora, só tenho uma tristeza, que eu estava no *Jornal do Brasil*, e quando havia a remoção da favela, eu fiz uma matéria mostrando os dois lados, que a remoção seria boa porque o favelado ia ter esgoto, né? Não ia ter valas negras mais, ia viver num lugar sadio, mas por outro lado ia ficar longe do mercado de trabalho, teria que pagar condução, e que aquilo parecia ser uma expulsão da zona sul [...]. E como tinha que agradar, obedecer o regime militar que queria tirar a favela, limpar a zona sul, jogar o lixo para o subúrbio, o jornal publicou o outro lado, que são as vantagens da urbanização, e não publicou o lado negativo do favelado, que ia ficar longe do trabalho.¹⁹

Contudo, mesmo acerca do poder de decisão do conselho editorial, a relação do repórter fotográfico com esta não deve ser pensada de maneira simplificada e sem conflitos ou tentativas de negociação ou até superação por parte deste, como nos mostra Amicucci Gallo: “[sobre a escolha e edição de fotografias pela equipe editorial e de paginação] então, o que nós fazíamos?

¹⁸ Esse esforço tem sido capitaneado, também, por ONG's, como exemplo ver o trabalho empreendido pelo VIVA RIO disponível em <<http://www.favelatemmemoriacom.br>>.

¹⁹ Entrevista com Alberto Jacob, 4 de agosto de 2005. LABHOI/UFF.

Mandávamos uma ou duas fotos no máximo, as melhores desse assunto, vai ter que publicar uma das duas para não cortar”.

Nos depoimentos analisados foi possível localizar das transferências e projeções que nos falam tanto Pollak quanto Portelli. No depoimento de Luiz Pinto, observa-se, várias vezes, confusões com relação a datas e personagens de acontecimentos marcantes da história das favelas: “[perguntado sobre as remoções feitas pelo governador Carlos Lacerda] Praia do Pinto, que era atrás do campo do Flamengo.” Essa confusão se repete em outros momentos: “... o Lacerda já tinha feito a remoção da Favela do Pinto” e, quando perguntado se a “remoção” da Praia do Pinto ocorreu depois do governo de Lacerda, Luiz Pinto responde enfaticamente: “Não, foi o Lacerda que removeu!” Sob o governo de Carlos Lacerda deu-se a retomada das políticas remocionistas da década de 60, principalmente após a entrada de Sandra Cavalcanti no lugar de José Arthur Rios na Coordenação de serviços Sociais e transformação desta em Secretaria, em 1962 (LEEDS e LEEDS, 1978).

Sob a administração de Lacerda foram construídos Cidade de Deus e Vila Kennedy, e removidas cerca de 27 favelas (GRYNSZPAN e PANDOLFI, 2002). A passagem administrativa de Lacerda, muitas vezes visto como um administrador “competente” e “empreendedor”, além de deixar marcas profundas no espaço físico da cidade, à época estado, “tornou-se elemento fundamental de construção da memória política carioca e, como tal, foi acionado nos momentos de debate político mais intenso” (MOTTA, 2000).

Desse modo, não é de se estranhar a transferência da “remoção” da Praia do Pinto para o governo Lacerda, sendo que o incidente se deu em maio de 1969, sob a administração de Negrão de Lima. A importância dos acontecimentos na constituição da memória já foi abordada. Entretanto, Pollak também aponta os personagens de presença importante na trajetória do sujeito o qual a memória é analisada, sendo que esses personagens, semelhante aos acontecimentos, também podem ter uma presença real, “por tabela”, ou relativa a uma “memória herdada”. Porém, a associação mais importante é a relação da Praia do Pinto com uma remoção, política oficial e legal do governo para as favelas, uma vez que a Praia do Pinto desapareceu devido a um incêndio de causas desconhecidas e, portanto, culpados também desconhecidos. Tal fato, sem se negar as possibilidades acerca do incêndio e suas possíveis causas, deve

ser analisado sob o prisma da controvérsia causada pela abordagem remocionista da favela pelo poder público, sobretudo pela ótica dos moradores. Exemplificando tal assertiva temos uma imagem presente na fala de Alberto Jacob: “ali [local onde se localizava a Praia do Pinto] era uma grande favela que tacaram fogo, e outra coisa, incendiaram a favela e os helicópteros que sobrevoavam a favela para jogar água em cima para apagar o fogo, ao contrário, tacaram combustível para queimar mais barracos ainda”.

Tal imagem é possível ser encontrada em depoimentos de ex-moradores dessa favela, e sua força constata-se pela sua presença na memória de um indivíduo que lá não habitou (Jacob). Mais importante que se discutir sua improvável veracidade é a análise de suas implicações, como a resistência e impopularidade da política remocionista e a identificação negativa do poder público como seu promotor, ainda mais evidente na seguinte passagem de Jacob: “É por isso [reportagens de denúncia] que talvez fui perseguido pela ditadura, na minha remoção da Catacumba, eu acho que foi a vingança da ditadura”.

Bibliografia:

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. IN: *Ouvir e contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

ANDRADE, Jeferson de e SILVEIRA, Joel. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BOURDIEU, Pierre. A influencia do jornalismo. IN: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do *Jornal do Brasil*. IN: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 1960. IN: *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

GRYNSZPAN, Mário e PANDOLFI, Dulce. Poder público e favelas: uma relação complicada. IN: OLIVEIRA, L. Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história – interfaces*. *Tempo*: Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1996.

MOTTA, Marly. O Rio é um município qualquer?. IN: *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPHG-UFF, 1996.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas públicas no Rio de Janeiro*. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

VALLA, Victor e GONÇALVES, J. R. O período autoritário de remoções: destruindo a autoconstrução para “ensinar” a auto-ajuda, 1962-1973. IN: VALLA, Victor (org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*, n.85, out-dez, 1988.

Depoimentos

Entrevista com Adalberto Diniz, em 12 de julho de 2005. LABHOI/UFF.

Entrevista com Alberto Jacob, 4 de agosto de 2005. LABHOI/UFF.

Entrevista com Luiz Pinto, 13 de agosto de 2005. LABHOI/UFF.

Entrevista com Osmar Amicucci Gallo, em 11 de agosto de 2005. LABHOI/UFF

Colaboração recebida em 1/8/2008 e aprovada em 5/11/2008.